

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



NEPE  
Núcleo de Estudos, Pesquisas  
e Ações em Educação  
e Políticas da Universidade  
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

## A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA COMO MEIO PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Karolayne Nunes dos Santos Freitas

E-mail: karollaynenuness@outlook.com

Centro Universitário UniFG / Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia

Gabriel Donato Ramos Couto

Pablo Kristian Trindade Campos

Universidade de Passo Fundo - UPF

### RESUMO

Este trabalho centraliza a discussão da educação antirracista como ferramenta promotora da igualdade racial e, paulatinamente, da pluralidade no ensino, enfatizando a democratização étnico-cultural. Tem o objetivo de analisar as interfaces do contexto educacional, voltadas para a construção da educação antirracista, ligadas ao caráter polifônico e plural da sociedade brasileira, com vistas a democratizar o acesso e a permanência no ambiente educacional. Apesar dos avanços advindos com a legislação brasileira sobre o tema, é possível observar que, na prática, o ensino precisa expandir o olhar para as vozes silenciadas ao longo de séculos, isto é, a democratização do ensino deve ressaltar a memória e a história afro-brasileira, a fim de promover a educação antirracista. Para tanto, a discussão percorreu o caminho metodológico da abordagem dedutiva, através da técnica procedimental da pesquisa bibliográfica, reunindo textos científicos que discutem a temática proposta. Portanto, observou-se que a promoção da educação antirracista é fundamental para combater as desigualdades raciais no Brasil, exigindo a implementação efetiva de leis como a Lei nº 10.639/03, a valorização das identidades étnicas, o fortalecimento de políticas públicas abrangentes e a formação docente especializada.

**Palavras-chave:** Democratização. Educação. Polifonia.

### INTRODUÇÃO

O paradigma educacional vigente revela sua gênese e fundação durante a transição histórica do modo de produção feudal ao capitalismo, enfocando primordialmente a instrução voltada para o trabalho, negligenciando assim questionamentos de natureza social ou racial. Nesse contexto, o caráter crítico e reflexivo da educação encontrava-se suprimido, subserviente à preservação da alienação, destinada a formar trabalhadores para o complexo industrial, e jamais proponentes ativos de transformações sociais (BENEVIDES, 2017).

Essa configuração escolar aparentemente distante ecoa ainda em nossa realidade contemporânea, convertendo a instituição escolar em um dos pilares que sustentam e perpetuam todas as contradições e desigualdades inerentes. O racismo, por exemplo, permeia as estruturas sociais brasileiras e seu caráter sistêmico impregna também o contexto escolar, que não se exime de reproduzir práticas que corroboram o preconceito entre indivíduos brancos e negros.

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



NEPE  
Núcleo de Estudos, Pesquisas  
e Projetos em Educação  
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

A escola, infelizmente, ainda se constitui como um dos palcos sociais onde diariamente se vivenciam e se exercem as mais variadas manifestações de produção e reprodução do racismo, mesmo que de forma sutil (PAULA; ARAÚJO, 2021).

Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo centralizar a discussão da educação antirracista como uma ferramenta promotora da igualdade racial e, gradualmente, da pluralidade no ensino, enfatizando a democratização étnico-cultural. Com base em avanços legislativos no Brasil em relação ao tema, busca-se analisar as interfaces do contexto educacional voltadas para a construção da educação antirracista, considerando o caráter polifônico e plural da sociedade brasileira, visando democratizar o acesso e a permanência no ambiente educacional.

Embora haja avanços significativos na legislação, é essencial observar que, na prática, o ensino ainda precisa ampliar seu olhar para as vozes historicamente silenciadas ao longo de séculos. Nesse sentido, a democratização do ensino requer uma ênfase na memória e na história afro-brasileira, a fim de promover uma educação antirracista efetiva. Para tanto, esta pesquisa se baseia na abordagem dedutiva, utilizando a técnica procedimental da pesquisa bibliográfica, com a finalidade de reunir e analisar textos científicos que discutem a temática proposta.

A relevância deste estudo reside no reconhecimento da necessidade de transformar o sistema educacional em um espaço inclusivo, capaz de abordar e combater o racismo estrutural presente na sociedade. A educação antirracista é uma forma de resistência e empoderamento, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, é essencial compreender as implicações e desafios dessa abordagem no contexto educacional brasileiro, identificando estratégias eficazes para a democratização do ensino de história afro-brasileira.

Ao trazer à tona essas discussões, espera-se contribuir para a reflexão sobre a importância de promover uma educação antirracista no Brasil, que reconheça a diversidade étnico-cultural do país e valorize a história e a cultura afro-brasileira. Através da análise crítica e científica da literatura, busca-se embasar teoricamente a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, que promovam a igualdade racial e a valorização da pluralidade.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão em torno da educação antirracista como ferramenta promotora da igualdade racial e da pluralidade no ensino tem sido tema de relevância crescente no contexto educacional.



Diversos estudos e pesquisas têm se dedicado a analisar as interfaces do contexto educacional voltadas para a construção dessa educação.

A legislação brasileira tem avançado em relação à temática, reconhecendo a importância de abordar e combater o racismo estrutural presente na sociedade. No entanto, é necessário observar que, apesar desses avanços, a prática do ensino ainda enfrenta desafios em expandir o olhar para as vozes historicamente silenciadas ao longo de séculos. A democratização do ensino deve ressaltar a memória e a história afro-brasileira, visando promover uma educação antirracista efetiva (PAULA; ARAÚJO, 2021).

Um marco na legislação educacional brasileira foi a promulgação da Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que trouxe consigo a importância de reconhecer a relevância da história e cultura afro-brasileira na formação identitária da nação. Por meio dessa legislação, foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino desses conteúdos nos currículos escolares, buscando promover a desconstrução de estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade. Essa lei representa um movimento progressista e ousado, pois visa à superação de um legado histórico de exclusão e marginalização da população negra, fomentando uma educação crítica e antirracista. Benevides (2017) ressaltam a relevância da Lei nº 10.639/03 no estabelecimento de bases legais para a promoção da educação antirracista no Brasil e destaca a necessidade de abordar o tema por meio de uma perspectiva crítica, desconstruindo os padrões de exclusão presentes nas práticas educacionais.

Oliveira (2015) investiga o impacto da já referida lei na prática docente, ressaltando a importância de abordar a história afro-brasileira no currículo escolar. Para ele é necessário ir além do cumprimento formal dessa lei, pois a sua efetivação demanda a implementação de práticas pedagógicas transformadoras e a formação adequada dos educadores, para que sejam capazes de abordar as questões étnico-raciais de maneira aprofundada e reflexiva.

Para Oliveira e Candau (2010), essas demandas legais, direcionadas aos sistemas educacionais, instituições escolares e corpo docente, atendem aos anseios de políticas afirmativas, reparações, reconhecimento e enaltecimento das narrativas, culturas e identidades dos movimentos sociais afrodescendentes. Visa confrontar o racismo por meio do reconhecimento estatal e propõe a disseminação e produção de saberes que promovam a educação de cidadãos enraizados em sua etnicidade, com direitos assegurados e identidades valorizadas.



No entanto, é importante ressaltar que a implementação da educação antirracista enfrenta desafios, como a resistência de certos setores da sociedade e a falta de formação adequada dos educadores. É fundamental investir na capacitação dos professores, fornecendo-lhes ferramentas teóricas e práticas para a promoção de uma educação inclusiva e antirracista (PAULA; ARAÚJO, 2021).

Ao revisar a literatura existente sobre o assunto, busca-se compreender as contribuições de diferentes autores para a educação antirracista e identificar estratégias eficazes de democratização do ensino de história afro-brasileira.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste estudo segue uma abordagem dedutiva, utilizando a técnica procedimental da pesquisa bibliográfica, que consiste na busca, seleção e análise de textos científicos e literatura especializada relacionados ao tema proposto. Nesse sentido, foram utilizadas bases de dados acadêmicas, como *Scopus* e *Google Scholar*, assim como bibliotecas virtuais e acervos de periódicos científicos. Os critérios de inclusão dos estudos foram pautados na relevância para a discussão da educação antirracista e do ensino de história afro-brasileira.

As fontes selecionadas incluem autores renomados e especialistas no campo da educação antirracista, como: Benevides (2017); Oliveira (2015); Grinberg, Abreu e Mattos (2019); Paula e Araújo (2021). A análise das obras e estudos consultados foi realizada de forma crítica e reflexiva, buscando identificar as contribuições teóricas e práticas relacionadas à temática proposta.

A abordagem dedutiva utilizada neste estudo parte de uma compreensão geral sobre a importância da educação antirracista e, paulatinamente, avança para a análise das interfaces do contexto educacional, considerando o caráter polifônico e plural da sociedade brasileira. Dessa forma, a análise crítica dos textos científicos e literatura especializada contribui para uma compreensão mais aprofundada do tema, possibilitando a identificação de estratégias eficazes para a democratização do ensino de história afro-brasileira.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Abolição da Escravidão, em 1888, libertou os negros fisicamente, mas, até hoje, foi incapaz de libertar o Brasil das amarras do racismo. Após terem sido libertos, os indivíduos

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



NEPE  
Núcleo de Estudos, Pesquisas  
e Projetos em Educação  
e Políticas Sociais

16 a 19 de agosto

anteriormente escravizados foram cruelmente abandonados à própria sorte, relegados a condições desumanas, perpetuando uma marginalização que subsiste até os dias atuais. Nesse cenário, um rol diversificado de violências e violações de direitos humanos tornou-se banalizado, tais como a violência policial, a disparidade salarial, a alarmante taxa de homicídios entre os jovens negros, a intolerância religiosa, o subemprego e a privação de acesso à educação. Essas são apenas algumas manifestações de agressões sistêmicas impingidas à população negra, minando seu desenvolvimento pleno e reafirmando a injustiça estrutural profundamente arraigada.

Neste sentido, um dos principais óbices ao pleno exercício da democracia e à efetivação de uma agenda antirracista reside na distância abissal entre o arcabouço legal e sua materialização, agravada pelos obstáculos sociais estabelecidos pela presença enraizada do racismo institucional. No contexto brasileiro, mesmo diante de uma ampla gama de legislações que determinam a igualdade formal no âmbito educacional, uma tradição discriminatória permeia profundamente as estruturas, impondo consideráveis adversidades à população negra, visto que escassos são os dispositivos voltados ao enfrentamento do racismo, inclusive aquele perpetrado nos ambientes escolares.

As Leis nº 9.394/1996 e nº 10.639/2003 são marcos legislativos fundamentais no contexto da educação brasileira, especialmente no que diz respeito à promoção da igualdade racial e ao reconhecimento da diversidade étnico-cultural. Lei nº 10.639/2003, ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, busca ampliar a visibilidade e valorização das contribuições dos afrodescendentes para a sociedade brasileira. No entanto, é importante refletir sobre os desafios enfrentados na implementação dessa lei. Ainda persistem lacunas na formação dos educadores e na produção de materiais didáticos adequados, que possam oferecer uma abordagem crítica e plural sobre a história afro-brasileira. Além disso, é fundamental ir além da simples transmissão de informações e promover a reflexão e a conscientização sobre as desigualdades raciais, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Apenas assim poderemos realmente alcançar os objetivos propostos pelas leis, superando as barreiras e resistências existentes e promovendo uma educação antirracista efetiva.

Nesse sentido, a democratização do ensino de história afro-brasileira se mostra como um meio eficaz para promover a educação antirracista. Ao trazer à tona a cultura, as

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



NEPE  
Núcleo de Estudos, Pesquisas  
e Projetos em Educação  
e Políticas Culturais

16 a 19 de agosto

contribuições e as lutas do povo negro, está desconstruindo estereótipos e promovendo o respeito pela diversidade étnica. Essa abordagem contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de reconhecer e combater as desigualdades raciais.

Neste sentido, Grinberg, Abreu e Mattos (2019, p.33) enfatizam a relevância da escola, enquanto instituição social, para a promoção da promotora da igualdade racial:

A escola pode ocupar importante papel nas ações de salvaguarda dos patrimônios culturais populares. Há muito tempo ela é fundamental para a implantação de políticas de educação patrimonial, ensinando aos alunos o desenvolvimento do afeto pelas belezas do passado. Por que não pode ter um papel fundamental no reconhecimento e valorização da beleza de bens culturais imateriais presentes hoje nas comunidades negras?

O estudo de Grinberg, Abreu e Mattos (2019) lança luz sobre a notável capacidade da instituição escolar de ocupar uma posição de destaque no seio das ações voltadas à salvaguarda das culturas populares. Ao longo de um vasto período temporal, essa instituição tem se revelado imprescindível para a concretização de políticas educacionais enraizadas na educação patrimonial, incumbindo-se de transmitir aos discentes a apreciação emocional pelas grandezas do passado. Contudo, não se pode subestimar o potencial primordial dessa veneranda instituição no que tange ao reconhecimento e à valorização da estonteante beleza dos bens culturais imateriais que vicejam, nos dias atuais, nas comunidades negras. A escola deve assumir, de forma incisiva, seu protagonismo no âmbito da educação antirracista, atuando como catalisadora de mudanças e guia na trajetória de reconhecimento e empoderamento das ricas manifestações culturais que permeiam a vivência da negritude.

Portanto, os resultados desta pesquisa destacam a necessidade de intensificar os esforços para democratizar o acesso e a permanência no ambiente educacional, por meio da educação antirracista. A valorização da memória e da história afro-brasileira, aliada a uma postura pedagógica comprometida com a diversidade, são elementos fundamentais para a promoção da igualdade racial e para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

## CONCLUSÃO

A partir das reflexões, verifica-se que, apesar dos avanços proporcionados pela legislação brasileira, como no caso da citada Lei nº 10.639/03, no que se refere à promoção da igualdade racial, torna-se imperativo traçar trajetórias concretas para a efetivação dessa e de

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



NEPE  
Núcleo de Estudos, Pesquisas  
e Projetos em Educação  
e Políticas da Universidade  
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

outras leis, bem como a implementação de políticas públicas abrangentes que não apenas combatam o flagelo do racismo, mas também promovam a verdadeira igualdade racial.

A prática do ensino precisa ampliar seu olhar e resgatar as vozes silenciadas ao longo de séculos, valorizando a memória e a história afro-brasileira. A democratização do ensino se apresenta como um caminho para desconstruir estereótipos e promover o respeito à diversidade étnica.

Nesse sentido, a educação antirracista não se restringe apenas à inclusão de conteúdos sobre a história afro-brasileira nos currículos escolares. Ela exige uma postura pedagógica comprometida com a valorização da diversidade, o estímulo ao diálogo intercultural e a reflexão crítica sobre as relações raciais na sociedade. Essa abordagem contribui para a formação de cidadãos conscientes e engajados na luta contra as desigualdades raciais.

No entanto, é necessário destacar que a implementação da educação antirracista enfrenta desafios, como a resistência de determinados setores da sociedade e a falta de formação adequada dos educadores. É fundamental investir na capacitação dos professores, fornecendo-lhes subsídios teóricos e práticos para promover uma educação inclusiva e antirracista.

Diante do exposto, nota-se que a democratização do ensino de história afro-brasileira emerge como um meio efetivo para promover a educação antirracista e contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária. A valorização da memória e da história do povo afro-brasileiro, aliada a uma postura pedagógica comprometida com a diversidade, são elementos essenciais para a promoção da igualdade racial e o fortalecimento da democracia.

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. M. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei 10.639/03. **Revista Brasileira de Educação**, 22(70), 515-534. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.



GRINBERG, K.; ABREU, M.; MATTOS, H. História pública, ensino de história e educação antirracista. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 17–38, 2019. DOI: 10.20949/rhhj.v8i15.523. Disponível em: <https://rhhj.emnuvens.com.br/RHHJ/article/view/523>. Acesso em: 12 jul. 2023.

OLIVEIRA, C. S. A lei 10.639/2003 e sua influência na prática docente: um estudo sobre o ensino de história afro-brasileira em escolas públicas de Campina Grande-PB. **Revista Educação em Questão**, 52(36), p. 46-66. 2015.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. Rev. [online]**. 2010, vol.26, n.01, pp.15-40. ISSN 0102-4698. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000100002&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000100002&script=sci_abstract). Acesso em: 12 jul. 2023.

PAULA, Daiane Kelly da Cunha; ARAÚJO, Letícia Figueredo Nascimento. **Educação antirracista como um direito humano essencial**. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 8, n. 8, p. 1-13, maio, 2021.